



Número: **0600321-30.2023.6.16.0000**

Classe: **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Wellington Emanuel Coimbra de Moura**

Última distribuição : **03/03/2023**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Proposta de Alteração de Resolução**

Objeto do processo: **Proposta de revisão das Resoluções nºs 859/2020 e 880/2021, que tratam, respectivamente, do número de eleitores distribuídos em seções eleitorais na Capital e no interior e do procedimento para extinção de local de votação - PAD nº 005029/2023.**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA (REQUERENTE)	

Outros participantes	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43546964	17/03/2023 15:23	Acórdão	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO nº 61.821

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0600321-30.2023.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA

REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

RESOLUÇÃO Nº 908/2023

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou a Resolução, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 13/03/2023

RELATOR(A) WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, inciso VII, de seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO o art. 117, § 1º, do Código Eleitoral, que admite a ampliação do número de eleitores e de eleitoras nas seções eleitorais, a fim de facilitar o exercício do voto;

CONSIDERANDO a disponibilidade de urnas eletrônicas;

CONSIDERANDO os estudos realizados com base na realidade de votação no Estado do Paraná;



Este documento foi gerado pelo usuário 040.***.***-97 em 17/03/2023 16:04:43

Número do documento: 23031715233547000000042510474

<https://pje.tre-pr.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23031715233547000000042510474>

Assinado eletronicamente por: WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA - 17/03/2023 15:23:37

CONSIDERANDO que a extinção ou alteração de um local de votação pode resultar em prejuízo ao exercício do voto e, em municípios pequenos, pode, inclusive, impactar o resultado da eleição,

RESOLVE

Art. 1º Fica estabelecido em 400 (quatrocentos) e em 350 (trezentos e cinquenta) o número máximo de eleitores e de eleitoras nas Seções Eleitorais, respectivamente, da Capital e do Interior, no Estado do Paraná.

§ 1º A criação de outra seção eleitoral ocorrerá após atingir o limite estabelecido no *caput* nas demais seções eleitorais do mesmo local de votação.

§ 2º As seções eleitorais com acessibilidade poderão ultrapassar o limite previsto no *caput* em 100 (cem) eleitores e eleitoras.

§ 3º Excepcionalmente, mediante autorização da Presidência, as seções eleitorais poderão conter até 600 (seiscentos) eleitores e eleitoras, desde que devidamente justificado o pedido, quando visar facilitar o exercício do voto, ou por motivo de força maior, mediante agregação temporária ou transferência temporária de eleitor (TTE) de ofício.

Art. 2º O remanejamento de eleitores e de eleitoras deverá ocorrer, preferencialmente, para outra seção no mesmo local de votação.

Art. 3º A criação de novas seções eleitorais ou locais de votação deverá ser precedida de estudo pelos Cartórios Eleitorais, de acordo com o crescimento do eleitorado, atendendo sempre que possível as necessidades de acessibilidade.

Art. 4º A alteração ou extinção de local de votação deverá ser precedida de justificativa e estudos técnicos, avaliando-se a facilitação do exercício do voto, a estrutura física dos imóveis, o número de eleitores e de eleitoras, o acesso público, a redução de custos e logística, a indicação do(s) local(is) para remanejamento dos eleitores e das eleitoras com a respectiva distância com o local de origem, entre outras informações que sejam relevantes.

Parágrafo único. As propostas de alteração ou extinção de local de votação deverão ser formuladas, prioritariamente, até 30 de março do ano eleitoral, e encaminhadas, devidamente instruídas, para manifestação da Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação e da Diretoria-Geral, para autorização da Presidência, previamente à execução pelo Juízo Eleitoral.

Art. 5º Situações excepcionais serão decididas pela Presidência.



Art. 6º Revogam-se as Resoluções nº 859/2020 e 880/2021.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,
em 13 de março de 2023.**

Des. COIMBRA DE MOURA

Presidente

Des. FERNANDO WOLFF BODZIAK

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

RODRIGO OTÁVIO RODRIGUES GOMES DO AMARAL

FLAVIA DA COSTA VIANA

THIAGO PAIVA DOS SANTOS

Des^a. CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

JOSÉ RODRIGO SADE



ELOISA HELENA MACHADO

Procuradora Regional Eleitoral

EXTRATO DA ATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO (1298) Nº 0600321-30.2023.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ -
RELATOR: DES. WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA - REQUERENTE: TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO PARANA.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou a Resolução, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura.
Participaram do julgamento os Eminentes Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Rodrigo
Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Flavia da Costa Viana, Desembargadora Federal Claudia Cristina
Cristofani, Thiago Paiva dos Santos e José Rodrigo Sade. Presente a Procuradora Regional Eleitoral,
substituta em exercício, Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE 13.03.2023

